

## 8 - Descendência e delineamentos culturais

que futuro será o futuro de Pedro, Isabela e Miguel?

Kester Carrara

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CARRARA, K. Descendência e delineamentos culturais: que futuro será o futuro de Pedro, Isabela e Miguel?. In: *Uma ciência sobre “coisa” alguma: relações funcionais, comportamento e cultura* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 173-177. ISBN 978-85-7983-657-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## 8

# DESCENDÊNCIA E DELINEAMENTOS CULTURAIS: QUE FUTURO SERÁ O FUTURO DE PEDRO, ISABELA E MIGUEL?

Caso faça sentido que a vida harmônica entre indivíduos e seu ambiente exige parcimônia com o uso de recursos naturais, exige compatibilidade numérica entre organismos vivos e condições ambientais disponíveis, exige simplicidade nas interações com o meio e contraindica repertórios predatórios em todas as dimensões, parece plausível que algum planejamento possa gerar mudanças intencionalmente desejadas e vantajosas para a vida humana, no sentido da preservação da espécie. A pertinência do planejamento adquire grande visibilidade quando nos reportamos à história da civilização humana e deparamos com exemplos excepcionalmente graves de ocupações equivocadas e práticas culturais deletérias empreendidas pelos homens, tal como relatadas por Diamond (2005). É útil acompanhar o exemplo histórico da Ilha de Páscoa. Sem planejamento, à mercê de uma disposição de contingências casual, o tempo e os dispêndios oneram a vida dos organismos vivos e do ambiente.

Como vimos, o planejamento cultural instrumentaliza a prevenção e, ao projetar a preservação de recursos, viabiliza condições melhores de vida para as gerações futuras. Ao permanecer na esperança e na espera de que algum magnânimo, honesto, transparente e competente gestor público apareça (ironicamente, por meio de uma “mutação” altamente improvável?) em algum território do

planeta, indiretamente concordamos e nos submetemos a uma versão personalista e idiossincrática de explicação do comportamento, que aguarda o desabrochar natural de qualidades eventualmente surgidas como uma índole imanente de algum iluminado. Todavia, não se trata de conjecturar sobre um planejamento qualquer, uma vez que este também poderia ser tão contaminado por vieses inerentes à própria origem e escolha dos objetivos e estratégias de planejamento. “Ouvir” a demanda, no sentido que já explicitamos, parece constituir-se no primeiro de uma série de passos gradativos em relação a projetos múltiplos de planejamento de práticas culturais em muitos segmentos da vida (saúde, economia, segurança, transparência política, habitação, saneamento básico etc.) carentes de políticas (comportamentais) públicas devidamente orientadas pela lógica aqui configurada, com uma base descritiva das relações funcionais entre comportamento (ou práticas culturais) e ambiente (“físico-químico-biológico-social”).

Para responder à pergunta sobre qual será o futuro de Pedro, Isabela e Miguel,<sup>1</sup> também é necessário, com Skinner, que nos ocupemos da pergunta: “*Quis custodiet ipsos custodes?*” [para os propósitos deste livro, uma tradução possível seria: Quem controlará os controladores?]. Responder a essa pergunta apenas indicando nomes “cotados” para as funções de dirigentes parece estratégia equivocada. O que precisamos não é encontrar algum iluminado (ou alguns, ou muitos, para as várias funções públicas, os vários territórios, os vários países, as várias culturas) que se ocupe, como verdadeiro estadista (preocupado, de fato e essencialmente, com o Estado), de “cuidar” e “orientar”, para evitar que excessos sejam cometidos. Também não precisamos de motes equivocados e alienantes, típicos de uma visão despótica como aquela norteadada por um lema como “ordem e progresso”. Do mesmo modo, a história tem mostrado todos os problemas inerentes aos períodos de domínio político marcado por segmentos sociais ou por dogmáticas

---

1 Meus netos, aos quais, pelas óbvias razões do conteúdo, também dedico este texto.

seitas religiosas. Os efeitos desses tipos de respostas à nossa pergunta sobre “quem” controlará o “controlador” continuam problemáticos, em primeiro lugar, porque não se trata de identificar “quem”, mas de que maneira, sob quais condições queremos que seja controlado o controlador; em segundo lugar, não se trata necessariamente de uma solução dada numa relação do controlador no singular (um indivíduo, um grupo, uma seita, um segmento vinculado à questão “quem”) e dos controlados no plural. Como já sugerido, são preferíveis os procedimentos de planejamento que distribuam entre muitas pessoas ou instâncias (universidades, órgãos de comunicação, organizações não governamentais, colegiados independentes e outras formas de organização) o contracontrole.

Esse tipo de objetivo, ao primeiro olhar, soa certamente como utopia pueril, no sentido de irrealizável. No entanto, trata-se de planejamento nos moldes do convite que nos faz Glenn em seu *Metacontingencies in Walden Two* [Metacontingências em Walden Dois] (1986), no sentido de que nos envolvamos gradativamente com as mudanças de “fácil” consenso em nosso cotidiano. Para tanto, a autora sugere que abramos portas e janelas do nosso dia a dia, façamos um contato analítico com nosso ambiente próximo e consideremos a possibilidade de planejar novas práticas culturais construtivas, solidárias, cooperativas – e, acrescentamos, altruístas.

O “poder”, entendido como a detenção da instrumentalidade do controle da vida social, carece de redistribuição, tal como a renda e as oportunidades de acesso aos bens materiais. Planejar, nessa direção, implica responder à questão formulada sobre quem controlará o controlador com a proposição, viabilização e consolidação de práticas de contracontrole, amparadas em tecnologia comportamental e boa ética, distribuídas entre a população que se decepciona diariamente com mais de setenta por cento do noticiário dedicado a situações de violência, insegurança, má-formação ético-moral, corrupção e outros “sintomas” de sociedades sem planejamento.

A Análise Comportamental da Cultura dispõe, atualmente, de um corpo de conhecimentos que, embora não esteja completo (como provavelmente nunca estará “pronto” o conhecimento

em qualquer disciplina), é bastante consistente, a ponto de fazer avançar estudos e alternativas práticas de intervenção apoiadas em uma cultura de paz e justiça social. Embora sempre bem-vindos os debates ideológicos sobre quais seriam as melhores opções para a instrumentalização de mudanças sociais na contemporaneidade, a necessidade dessas mudanças parece tão emergencial a ponto de, mais do que em qualquer postura hegemônica, se avançar em diferentes alternativas (com soluções concretas) para algumas das evidentes mazelas dos dias atuais. Não nos ilude uma esperança de soluções ideais, perfeitas ou definitivas. Em contrapartida, animamos a possibilidade de que, pensando a explicação dos fenômenos comportamentais (ou “psicológicos”) do ponto de vista das relações funcionais entre organismo e ambiente, seja viável o planejamento de novos comportamentos, novas ações, novas práticas culturais, novos ambientes vitais de que, acreditamos, necessitam Pedro, Isabela, Miguel e seus pares.

Conceber “cultivares” como modelos paradigmáticos de formação ético-moral, seu desenvolvimento representado por cidadãos transparentes, éticos e preocupados com o futuro coletivo, parece constituir missão de toda a Psicologia, para o que a Análise Comportamental da Cultura pode oferecer contribuições. Parece que a felicidade nem sempre está ligada a números do índice de desenvolvimento humano (IDH), embora estes sejam relevantes. Não se trata de assegurar heranças monetárias ou bens acumulados, embora ao norte capitalista, desafortunadamente, importe tanto que o acúmulo de economias determine a sobrevivência majoritária de algumas elites sociais.

O legado maior que se pode assegurar via delineamentos culturais parece estar na dimensão transversal dos objetivos ético-morais que um bom processo educacional busque oferecer. Ensinar comportamentos pró-sociais, educar para uma convivência harmoniosa e não predatória com o ambiente, ensinar cedo a simples ética do compartilhar, do cooperar, do respeitar diferenças, do agir de maneira transparente, muito provavelmente permite evitar a violência, dispor de mais e melhores recursos naturais, conviver

respeitosamente, ser transparente, não corromper e não admitir ser corrompido. A Psicologia hoje tem uma tarefa muito diferente da que se concebia classicamente como pertinente ao seu escopo. Ao menos na acepção da abordagem comportamentalista, para além da atuação clínica, organizacional e educacional, seu espaço de atuação está em qualquer lugar, instância ou processo em que se identifique a existência de comportamento e práticas culturais: na economia, na saúde, na segurança, no planejamento ambiental, na formação de dirigentes públicos, nas relações exteriores, no processo de planejamento de políticas públicas.

Não anima esses argumentos uma visão marcada por ilusões ingênuas. Não se propõe uma visão relacional entre os fenômenos sob qualquer ardilosa crença de que as mazelas terrenas sejam passíveis de soluções simplistas, apoiadas num otimismo alienado. As soluções dos problemas complexos exigem planejamento igualmente complexo, no sentido de que muitas variáveis entrelaçadas afetam as relações sociais e, por conseguinte, cada um dos fenômenos culturais a que nos referimos. No entanto, embora seja provável que as soluções se mostrem efetivamente complexas, elas não são necessariamente “complicadas” quando se enseja a possibilidade de começar pelas mudanças mais simples, do cotidiano do trânsito, do cotidiano ecológico, das ações ambientalmente sustentáveis, da cordialidade, da gentileza, do “bom dia!” e do “muito obrigado!”.

Embora seja aqui expresso um otimismo contido, trata-se de otimismo. E esse otimismo parece inerente ao perfil de uma Análise Comportamental da Cultura comprometida com a construção de uma sociedade justa, igualitária e aberta a soluções alternativas concretas para uma vida coletiva de melhor qualidade. Nada diferente pode ensinar a atuação do analista comportamental no delineamento de práticas culturais. De fato, “coisa” alguma.